



MACABÉA

REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI
ISSN 2316-1663

VOLUME 9, NÚMERO 3 | JUL-SET 2020

EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: O LUGAR DAS LÍNGUAS FRENTE A DESAFIOS GLOBAIS



DECENT EMPLOYMENT AND ECONOMIC GROWTH: THE PLACE OF THE LANGUAGES IN FRONT OF GLOBAL CHALLENGES

Fabiane Aparecida Pereira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, BRASIL

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR
RECEBIDO EM 09/04/2020 • APROVADO EM 14/05/2020

Abstract

This paper presents a discussion on the role of languages as resources and their relationship with the Sustainable Development Goals (ODS) proposed by the United Nations (UN), especially with Goal 8: Promote sustained, inclusive and sustainable economic growth, full and productive employment and decent work for all. We note with this study that the universality of the ODS proposals is a delicate and complex issue, given the constituent multiplicity of the different nations. In addition, we conclude that language is part of society and, therefore, have a relevant role in promoting economic growth and decent work.

Resumo

Este artigo apresenta uma discussão sobre o papel das línguas como recursos e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente com o Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Constatamos, com este estudo, que a universalidade das propostas dos ODS é uma questão delicada e complexa, tendo em vista a multiplicidade constitutiva das diferentes nações. Além disso, concluímos que a língua é parte da sociedade, sendo assim, têm papel relevante na promoção do crescimento econômico e trabalho digno.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Decent work. Economic growth. Language (s). Multilingualism. ODS.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho digno. Crescimento econômico. Língua(s). Multilinguismo. ODS.

Texto integral

INTRODUÇÃO

Neste artigo, serão abordadas questões referentes às línguas e ao multilinguismo como recursos e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), com foco no *Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos*. O objetivo dessa discussão é contextualizar e refletir sobre o lugar das línguas como fatores de desenvolvimento sustentável e como as políticas linguísticas nacionais e mundiais podem colaborar para a execução das metas e para a elaboração e aplicação de soluções para os problemas que permeiam os Objetivos.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram adotados a partir das negociações realizadas em 2015, na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Nos quinze anos seguintes, os ODS servirão como base para a formulação e aplicação de políticas nacionais e ações de cooperação internacional, sendo, portanto, um acordo que envolve temáticas diversas e que irá orientar a solução dos mais variados desafios mundiais relacionados à manutenção e garantia do bem-estar das pessoas, do meio ambiente e de toda a vida existente no planeta.

Nessa perspectiva, nossa proposta é debater sobre os ODS e, em especial, sobre o Objetivo 8, bem como problematizar o papel da língua, das línguas e do multilinguismo no alcance dessa meta, mobilizando diálogos no que tange ao lugar dos fatores linguísticos na promoção de uma sociedade que prime pelo desenvolvimento econômico sustentável e pela garantia de trabalho digno para os indivíduos que constituem uma nação. Torna-se coerente e necessário pensarmos sobre a língua, sua função e seu lugar em uma sociedade, bem como no progresso e

desenvolvimento econômico, visto que esse movimento é fundamental para que possamos compreender os processos que se constituem a partir dela.

Da mesma forma, a língua permeia as ações sociais e constitui os mais diversos discursos que são produzidos e atravessados por relações de poder e ideologias. Nos mais diferentes campos do saber e contextos, podemos constatar que a língua está presente e desempenha funções. Pensando no crescimento econômico e na promoção do trabalho digno, destaca-se a relevância da língua como fator essencial à globalização e ao estabelecimento de relações – diplomáticas, comerciais, culturais, científicas, acadêmicas, entre outras - a nível mundial. Sendo assim, considera-se que a atenção à criação de políticas linguísticas e valorização do multilinguismo representam importantes elementos para o alcance do Objetivo 8 dos ODS propostos pela ONU.

2 OBJETIVOS E DESAFIOS GLOBAIS: EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

As línguas têm papel fundamental para o desenvolvimento sustentável das sociedades, uma vez que, por meio do idioma, ocorre a ampliação das oportunidades de planejamento e aplicação de estratégias, inclusive das ações relacionadas aos ODS propostos pela ONU. Segundo Oliveira (2016, p. 382), a língua faz parte do “agir social do homem”. Nesse sentido, a promoção de políticas linguísticas e a valorização do multilinguismo nas nações podem contribuir para que áreas e grupos da sociedade se desenvolvam com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Conforme Oliveira (2010, p. 28), “o que acontece com as línguas não é alheio ao que ocorre com o sistema de produção e com seus correlatos políticos em termos da organização dos países: estar em novos contextos de gestão, reposicionar-se para obter controle sobre novos mercados”. Desse modo, além do fortalecimento das relações entre os países, a criação de políticas linguísticas que mobilizem a difusão e a valorização das línguas além das fronteiras dos países é um passo essencial para a globalização e fortalecimento das relações entre as sociedades, pois “[...] não se postula mais, como política de Estado, que a população de um país permaneça ou se torne monolíngue” (OLIVEIRA, 2010, p. 22). Nessa ótica, salientamos que as línguas desempenham importante papel no alcance dos ODS e, para que possamos compreender a proposta global da ONU, expomos, a seguir, os objetivos de desenvolvimento sustentável propostos por essa instituição:

1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável;
3. Saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero;
6. Água potável e saneamento; 7. Energia limpa e acessível;
8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura;
10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis;
12. Consumo e produção

responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes; 17. Parcerias e meios de implementação (BRASIL, 2016, p. 1).

Entre eles, não percebemos uma menção direta à língua, mas podemos defender, com segurança, a ideia de que ela perpassa todos os objetivos, essencialmente nos momentos em que a organização dos mesmos é posta em jogo nas diferentes nações, bem como nos discursos, nas relações de poder, na execução e na propagação dos meios de alcance dos ODS. A consecução de tais objetivos, que visam a um desenvolvimento que atenda às necessidades atuais e futuras, está diretamente ligado à harmonia entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, e, nesse contexto, as atenções voltam-se para uma economia “em que a comunicação é insumo central de produção. Se isso procede, temos então repercussões diretas sobre o lugar das línguas e mais, sobre as próprias línguas: o novo modelo comunicativo condiciona o status e o *corpus* das línguas” (OLIVEIRA, 2010, p. 24). Assim, a língua está envolvida no planejamento em torno dessas ações, nas relações estabelecidas entre os países, no fazer cotidiano dos cidadãos, nos diálogos, tratados e documentos, entre outros registros que servem como base para a implementação e cumprimento das metas dos ODS.

Em busca do enfrentamento desse desafio global, governos, organizações trabalhistas, trabalhadores e empregadores devem pensar nas particularidades de cada país e criar propostas de inovação e garantia de trabalho decente. Segundo consta no sítio da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2009, p. 1), o trabalho decente “deve constituir a essência das estratégias mundiais, nacionais e locais para alcançar o progresso econômico e social e para dar cumprimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionados com a erradicação da pobreza extrema”.

Sob essa ótica, em 2009, a OIT propôs o *Pacto Mundial para o Emprego*, em meio às discussões sobre a crise econômica e a necessidade de união e de criação de estratégias para a geração de empregos, proteção dos trabalhadores e recuperação econômica. O documento aborda, majoritariamente, um pensamento voltado principalmente para a solução de problemas e geração de empregos, bem como ressalta a necessidade de atenção e foco “nas empresas sustentáveis, na qualidade de serviços públicos e na proteção das pessoas, preservando seus direitos, o diálogo social e a participação coletiva” (OIT, 2009, p. 4). Nesse contexto, visa-se

contribuir para uma globalização justa, uma economia que respeite o meio-ambiente e um desenvolvimento capaz de criar empregos e empresas sustentáveis, respeitar direitos dos trabalhadores, promover a igualdade de gênero, proteger indivíduos em situação vulnerável, ajudar os países a fornecer serviços públicos de qualidade e permitir a eles alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (OIT, 2009, p. 16).

Nessa visão, o trabalho deve ser considerado como uma atividade humana e digna, e não apenas como um instrumento do capitalismo e parte de um processo cujo objetivo principal é a obtenção de lucros. Sabe-se que “o crescimento econômico da sociedade é consequência da existência de “bons empregos” e não a sua causa” (SANDER, 2015, p. 1), assim, o trabalho desempenhado pelos cidadãos é um exercício de dignidade e de participação social, sendo uma ação fundamental para a manutenção de suas necessidades essenciais à sobrevivência e para o progresso social e econômico do país. Nesse sentido, não basta a ocupação da vaga de emprego para que a dignidade seja promovida, já que os aspectos qualitativos envolvidos no trabalho precisam ser condizentes com a dignidade humana, pois um bom emprego é “um espaço no qual a pessoa pode realizar as suas potencialidades, aprender, utilizar as suas competências e produzir benefícios para a sociedade, atuando em uma organização ou sendo empreendedor” (SANDER, 2015, p. 1). Ainda, conforme afirma-se no sítio *online* do OIT (2009, p. 1), o trabalho decente “abrange a promoção de oportunidades para mulheres e homens do mundo para conseguir um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança e capaz de garantir uma vida digna”.

Assim, vemos que o trabalho digno promove o crescimento econômico e social, pois está ligado ao bem-estar e à qualidade de vida dos indivíduos, ao cultivo de novas perspectivas e à manutenção e resolução de problemas sociais. Então, em uma exposição mais detalhada das metas para o alcance do Objetivo 8, temos como principais pontos a serem contemplados:

8.1 sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um *crescimento anual de 7% do produto interno bruto* nos países de menor desenvolvimento relativo;

8.2 atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da *diversificação, modernização tecnológica e inovação*, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra;

8.3 promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e inovação, e incentivar a *formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas*, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;

8.4 melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para *dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental*, de acordo com o “Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis”, com os países desenvolvidos assumindo a liderança;

8.5 até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e *remuneração igual para trabalho de igual valor*;

8.6 até 2020, *reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação*;

8.7 tomar medidas imediatas e eficazes para *erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil*, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas;

8.8 *proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos* para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas com emprego precário;

8.9 até 2030, conceber e implementar políticas para *promover o turismo sustentável*, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais;

8.10 *fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais* para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros, e de seguros para todos;

8.a *aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio* (Aid for Trade) para os países em desenvolvimento, particularmente os países de menor desenvolvimento relativo, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países de menor desenvolvimento relativo;

8.b até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o *emprego dos jovens* e implementar o *Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho* (ONUBR, 2015a, p. 1, grifos nossos).

Analisando o objetivo 8, percebemos que esse liga-se, em alguns pontos, a outros Objetivos propostos pela ONU, pois trata, por exemplo, sobre igualdade entre as pessoas, meios de produção, melhoria na qualidade de vida, mudanças e condições adequadas de trabalho, além de contemplar a temática do desenvolvimento econômico, que perpassa o alcance de vários dos outros objetivos. De acordo com a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (2015), considerando as capacidades e os níveis de desenvolvimento de cada nação, propõe-se com o Objetivo 8:

erradicar o trabalho forçado e o tráfico humano e pôr fim ao trabalho infantil em todas as suas formas. Todos os países podem se beneficiar de ter uma força de trabalho saudável e bem-educada com o conhecimento e as habilidades necessárias para o trabalho produtivo e gratificante e a plena participação na sociedade (ONUBR, 2015a, p. 2).

Podemos observar que não se trata de um objetivo simples, de fácil execução, mas sim de um ideal ousado e transformador, com vistas a construir um mundo no qual a prosperidade social seja acompanhada da erradicação da nocividade nas práticas que envolvem o trabalho humano. Para que isso aconteça,

segundo o documento, é necessário que haja educação de qualidade e mão de obra capacitada, responsável de suas obrigações enquanto força de trabalho, mas consciente de ter seus direitos respeitados enquanto ser humano.

Todavia, cabe ressaltarmos que determinadas expressões citadas no texto do documento, como “se beneficiar”, “saudável”, “bem-educada”, “trabalho produtivo e gratificante” e “plena participação”, principalmente, carregam consigo a margem para diversos questionamentos: O que é ser saudável? O que se considera como um indivíduo bem-educado? Os meios para que os sujeitos apresentem essas condições são garantidos igualitariamente pelo Estado? Os que não se “encaixam” nessas características são excluídos do mercado de trabalho? O que caracteriza um trabalho como produtivo e gratificante? O direcionamento para essa definição é individual ou coletivo?

Nessa ótica, a saúde e a educação são insumos para o crescimento econômico de um país, pois se as pessoas as possuem, poderão ter um trabalho e, além de manterem suas condições básicas à sobrevivência, como moradia, alimentação, vestimenta, entre outras, poderão prosperar no objetivo da formação de capital, o que refletirá no seu consumo, bem-estar e qualidade de vida. Entretanto, o que ocorre, em muitos casos, é que somente uma parcela da população está suscetível a participar dessa relação tida como indissociável – trabalho digno/crescimento econômico/bem-estar – pois nem todos têm acesso à educação de qualidade e à saúde. Enfim, ao refletirmos sobre os ODS, estamos também questionando os seus pressupostos e levantando possibilidades, dificuldades e contradições que permeiam os discursos que delineiam as propostas.

Ainda em relação ao Objetivo 8, o documento *Principais Fatos* (2015), exposto na página da ONU, no Brasil, discorre sobre a situação global relativa aos índices de desemprego e de geração de empregos. Os principais fatos apresentados pela ONU, nessa ótica, são:

O desemprego global aumentou de 170 milhões em 2007 para cerca de 202 milhões em 2012, dentre eles, aproximadamente 75 milhões são mulheres ou homens jovens.

Aproximadamente 2,2 bilhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza e a erradicação do problema só é possível por meio de empregos bem pagos e estáveis.

470 milhões de empregos são necessários mundialmente para a entrada de novas pessoas no mercado de trabalho entre 2016 e 2030.

Pequenas e médias empresas que se comprometem com o processamento industrial e com as indústrias manufatureiras são as mais decisivas para os primeiros estágios da industrialização e são geralmente as maiores geradoras de emprego. São responsáveis por 90% dos negócios no mundo e contabilizam entre 50 a 60% dos empregos (ONUBR, 2015b, p. 10).

Nessa perspectiva, destacamos que, entre as principais razões para o aumento do desemprego está a crise econômica, a substituição de postos de trabalho humano por máquinas, bem como o declínio das contratações com carteira assinada e a redução do custo de mão de obra. No que tange a esse último aspecto, é importante salientarmos que, em meio a um cenário de preocupação com a crise econômica e com o desemprego, grandes ondas de imigração em busca de oportunidades de emprego vêm se intensificando e promovendo a massificação de mão de obra barata em grande parte dos países. É o que acontece, por exemplo, com a vinda de imigrantes da África e do Oriente Médio para a União Europeia, a de mexicanos para os Estados Unidos e a de imigrantes dos países latino-americanos e africanos vindos ao Brasil.

Desta forma, em meio às discussões sobre o direito de trabalho digno para a população mundial, um grande entrave para que o Objetivo 8 seja alcançado é a exploração irresponsável da migração laboral. Tendo-se em vista que “pessoas migram por diversos motivos – seja para trabalhar, para escapar de guerras, desastres naturais e perseguições, ou para oferecer uma vida melhor para suas famílias” (OLIVEIRA; SILVA, 2017, p. 134), ou seja, os movimentos de imigração, principalmente os que ocorrem em massa, possuem uma motivação que vai além da vontade de cada indivíduo, sendo, muitas vezes, um meio de sobrevivência, uma vez que seus países de origem passam por problemas graves como guerras civis, desemprego, fome, recessão na economia, ditadura política ou religiosa, entre outros.

A migração laboral ocorre na maioria dos países do mundo e é inegável que os trabalhadores migrantes contribuem muito para o desenvolvimento econômico dos países de origem e de destino. Todavia, é necessário que sejam criadas leis de proteção e de garantia dos direitos dos trabalhadores que chegam aos países no processo migratório laboral, pois, muitas vezes, o que se vê é a exploração negativa e irresponsável dos migrantes, tendo em vista que, em algumas regiões, empresas, indústrias e locais com os quais o vínculo empregatício é estabelecido, não são dadas a eles condições dignas de trabalho e seus direitos são cerceados. O imigrante precisa do acesso à informação no país de destino para que possa participar e ter um melhor acolhimento nos ambientes em que circular, por isso, a simples acomodação desses sujeitos não é suficiente, pois somente uma gestão eficiente das migrações laborais e a criação de políticas linguísticas poderão, de fato, auxiliar no processo de acolhimento por parte da nação.

Além da exploração da migração laboral, o trabalho escravo é outro grave problema que dificulta o alcance do Objetivo 8 dos ODS. Cotidianamente são noticiados casos de trabalho escravo, exploração de mão de obra infantil, locais insalubres e ilegalidades em relação ao cumprimento de leis trabalhistas. Essa forma de escravização é um atentado contra a dignidade humana, caracterizando-se por: trabalho forçado, jornada exaustiva, servidão por dívida ou condições degradantes (alojamento precário, falta de assistência médica, péssima alimentação, falta de saneamento básico e água potável, retenção de salário, isolamento geográfico, maus-tratos e violência, retenção de documentos).

No Brasil, existe a *Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo*, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, cujo objetivo é coordenar e

avaliar a implementação das ações previstas no Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, além de coordenar as propostas de estudo e pesquisas sobre o assunto. Essa Comissão foi fundada pelo Decreto sem número, de 31 de julho de 2003, sendo presidida pela Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes. Além disso, o **programa Escravo, nem pensar!, criado em 2004** pela ONG Repórter Brasil, tem direcionado suas ações para educadores e líderes populares, cujo perfil multiplicador de informação e conhecimento ampliam os efeitos de suas ações, que geram uma zona de influência, uma vez que mobiliza atores sociais distintos que, juntos, são capazes de compor uma rede engajada de mobilização e de combate ao trabalho escravo.

Enfim, com base nisso, consideramos que existem diversos entraves que podem paralisar ou atrasar a execução das ações para o alcance dos ODS, inclusive no que se refere ao Objetivo 8, especialmente no que diz respeito a programas e estratégias criadas com foco na valorização das línguas em torno das ações envolvendo o trabalho digno e o crescimento econômico, sendo esse o foco da discussão a seguir.

3 PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS: O LUGAR DAS LÍNGUAS

Sabemos que as línguas podem ser difundidas mundialmente por meio da divulgação e circulação de produções científicas, literárias e acadêmicas, de obras traduzidas, da produção de conteúdo e de sua inserção e preservação em contextos plurilíngues, assim, é coerente pensar que há a interferência das línguas nas mais diferentes áreas e contextos, bem como nas relações e trocas comerciais, econômicas, culturais, sociais, políticas e linguísticas entre os países. Nessa perspectiva, é importante que sejam criadas e postas em prática as políticas linguísticas, que são uma face das políticas públicas “dos países, das organizações internacionais, das corporações e instituições, e nesse sentido são um fazer permanente do homem, sempre adaptadas à sua época, aos interesses geopolíticos, econômicos e culturais em jogo numa determinada fase histórica” (OLIVEIRA, 2016, p. 395).

No Brasil, por exemplo, podemos citar o programa *Idiomas sem Fronteiras*, criado em 2012, ofertado pela parceria entre MEC e Capes, como parte de uma ação das políticas linguísticas do país, que objetivou promover ações voltadas para a internacionalização do Ensino Superior brasileiro, promovendo o desenvolvimento de uma política linguística nas universidades brasileiras e a valorização da formação especializada de professores de idiomas estrangeiros, impactando diretamente no aprimoramento profissional e no mercado de trabalho. Nesse sentido, torna-se evidente que as políticas linguísticas são elementos da política econômica e não ignoram o fato de que existe uma concepção de economia relacionada à língua, que é necessária.

Ao abordarmos a questão da economia e do trabalho sob o viés do papel da língua como recurso e crescente foco de preocupação por parte das nações, visando à promoção da globalização, percebemos que ainda existem inúmeros desafios e problemas a serem solucionados. Além da necessidade de desenvolvimento de políticas linguísticas de planejamento, salientamos a importância da valorização e preservação do multilinguismo como meio de construção de novas perspectivas em relação ao crescimento econômico e ao trabalho digno.

Nessa perspectiva, destacamos a ocorrência de um enfraquecimento dos espaços nacionais como monolíngues, tendo em vista processos importantes como o da migração, por exemplo, já que

o movimento de pessoas traz consigo o movimento de línguas. Assim, o crescimento exponencial da mobilidade humana teve como resultado mudanças no cenário linguístico dos Estados-nação, os quais têm se tornado cada vez mais diversificados e globalizados. Frente a esse inevitável mosaico linguístico, os Estados, tradicionalmente ancorados em políticas linguísticas que operam em uma única língua oficial, precisam responder ao desafio de atender à diversidade de línguas trazidas pelos sujeitos que as falam (OLIVEIRA; SILVA, 2017, p. 133).

Os imigrantes, ao chegar ao país de destino, apresentam níveis variados de conhecimento e competências para uso da língua daquele país, assim, é comum que se deparem e enfrentem barreiras linguísticas que dificultam o processo de adaptação ao novo lugar e à nova vida, bem como acabam sendo cobrados para que aprendam e consigam compreender o idioma nacional o quanto antes. Sabe-se que “sobre essa expectativa e cobrança para que o imigrante aprenda rapidamente a língua do país de acolhimento, devemos ressaltar que essa não é uma tarefa fácil” (OLIVEIRA; SILVA, 2017, p. 149), tendo em vista todas as dificuldades que emergem naturalmente do próprio processo de migração.

A partir da chegada ao novo país, o esforço individual e as oportunidades oferecidas ao imigrante para que este aprenda o idioma do país ou possa estabelecer comunicação por meio de seu idioma materno vão definir as relações sociais, e, muitas vezes, o sentimento de pertencimento ou não ao grupo social, laboral, cultural ou familiar. Nessa ótica, tem-se que “em um cenário de migração rápida e crescente, garantir a integração e a inclusão social das populações migrantes tem constituído um dos maiores desafios às sociedades contemporâneas” (OLIVEIRA; SILVA, 2017, p. 133).

A migração laboral é uma realidade em grande parte dos países, sendo também constatada a importância dessa parcela de força de trabalho para o desenvolvimento econômico tanto dos países de origem quanto dos que recebem os imigrantes. Porém, ainda existem falhas graves em diversos países em relação ao acolhimento e atendimento a esses grupos, pois são verificados problemas de desrespeito a valores fundamentais à vida. Um dos principais pontos que requer

mais atenção e criação de leis de proteção refere-se à língua, tendo em vista que essas pessoas devem ter o direito de expressar-se em seus idiomas maternos, bem como o de aprender o idioma do país, todavia, uma ou outra ação deve ser respeitada e amparada, por meio de políticas linguísticas de valorização e respeito ao plurilinguismo que se desenha a partir dos processos de migração.

Nesse viés, de acordo com o documento *Uma agenda política para o Multilinguismo*, publicado pela Comissão Europeia, em Bruxelas (Bélgica), em 2007, o Multilinguismo é uma realidade diária que merece preservação e promoção na sociedade europeia, pois tem significativa dimensão política e importância para a União Europeia, nos âmbitos da educação, emprego, justiça, liberdade, segurança e competitividade econômica. Segundo a Comissão Europeia (2007, p. 1, grifos nossos):

Um dos principais objetivos do mandato do Comissário consistirá em definir a contribuição do Multilinguismo para:

- a competitividade econômica, o crescimento e a melhoria do emprego;
- a aprendizagem ao longo da vida e o diálogo intercultural;
- a criação de um espaço para o diálogo político europeu através de uma comunicação multilíngue com os cidadãos.

A valorização do multilinguismo está intimamente relacionada ao modo como uma sociedade trata a preservação e a manutenção dos traços multiculturais presentes em sua constituição, assim, as diferentes manifestações linguísticas representam um importante aspecto para a formação da identidade de uma nação. Diversas sociedades apresentam situações de multilinguismo, nas quais diferentes línguas são usadas pelos habitantes, podendo sobressair-se o uso de uma delas. Nesse contexto, muitos falam ou compreendem mais de uma língua, ocorrendo a coexistência desses sistemas linguísticos distintos, então, é visível que “as línguas passaram a ocupar um novo lugar na sociedade. Tornou-se obsoleto de repente uma das mais tradicionais bandeiras do Estado-Nação: um país, um povo, uma língua. Uma língua não basta mais” (OLIVEIRA, 2010, p. 25).

O multilinguismo é um fenômeno que ganha força por meio da globalização e da abertura de novos processos de trocas culturais, políticas e econômicas, por isso, a necessidade de valorização global e de produção e reflexão acerca das políticas linguísticas que permeiam o multilinguismo são ações que seguem a visão de que a questão econômica está relacionada ao processo de circulação e integração entre as línguas dos países. Sendo assim, ampliar a oferta de ensino de línguas, fortalecer e renovar parcerias entre universidades, aumentar a circulação das línguas entre as nações, são todas maneiras de canalizar o papel da língua como colaboradora para a geração de trabalho digno e crescimento econômico, uma vez que “há muitos outros mercados a serem conquistados, e que se estruturam em outras línguas” (OLIVEIRA, 2010, p. 26).

Em uma comunidade multilíngue são perceptíveis os desdobramentos econômicos provenientes da integração e do alcance gerados pelo uso e movimento das línguas, já que benefícios são gerados a partir dessa mobilização, inclusive em relação à conquista do desenvolvimento sustentável das sociedades. Segundo a Comissão Europeia (2007, p. 2, grifos no original), as principais contribuições geradas pelo multilinguismo para a competitividade econômica, o crescimento e a melhoria do emprego são as seguintes:

O multilinguismo constitui um real contributo para a competitividade da economia europeia e para a prossecução dos objectivos da Estratégia de Lisboa. Um estudo sobre os efeitos na economia europeia da escassez de competências em línguas estrangeiras nas empresas *Effects on the European Economy of Shortages of Foreign Language Skills in Enterprise*», realizado por CILT - National Centre for languages, RU) sugere que há, de facto, oportunidades de negócios que se perdem devido à falta de conhecimentos linguísticos nas empresas. É igualmente importante lembrar que o multilinguismo constitui, por si, uma indústria importante e cria um grande número de *postos de trabalho*.

Durante o segundo semestre de 2007, será lançado o *Fórum das Empresas para o Multilinguismo*, com o intuito de identificar formas de aumentar as capacidades multilíngues das empresas, a fim de as ajudar a entrar em novos mercados. Os conhecimentos linguísticos podem também melhorar consideravelmente as perspectivas de emprego e a mobilidade dos indivíduos. Assim, o Fórum das Empresas para o Multilinguismo irá também analisar as novas oportunidades nesse contexto.

É necessário que haja uma melhor compreensão do potencial das novas tecnologias para atrair e formar alunos de línguas, pelo que um *estudo sobre as novas tecnologias e a diversidade linguística* será igualmente lançado em 2007.

Além disso, há que encorajar a investigação em novas tecnologias dedicadas à aprendizagem de línguas e a utilização de *inteligência artificial como ferramenta para a tradução e a interpretação*.

Nessa ótica, o crescimento econômico está relacionado intimamente à valorização do multilinguismo e das línguas, pois há a importância concomitante da língua oficial do país e das demais utilizadas como meio de propagação de sua produção pelo mundo, o que faz do multilinguismo um meio de fortalecimento da produção nacional e também da projeção internacional da economia. Dentro desse contexto, além de seu papel econômico, constata-se ainda que a pluralidade linguística pode trazer inúmeros benefícios para a vida dos indivíduos, uma vez que a imposição do monolinguismo gera a exclusão das línguas não-oficiais que circulam no território nacional ou o abandono das línguas de origem para a aquisição de outra, o que pode acarretar na perda de uma identidade cultural, linguística e étnica.

Ao analisarmos os usos da língua materna de um país em gêneros escritos ou orais percebemos que a mesma sofre a interferência dos modos como é usada pelos sujeitos, desta forma, não possui caráter homogêneo, uniforme e imutável. Todavia, muitas vezes, esbarra-se também na barreira do preconceito linguístico, fator que dificulta o direcionamento de uma nação aos processos de igualdade, diversidade, democratização e multilinguismo. Entende-se que:

Este reposicionamento dos agentes político-linguísticos decorre da necessidade de estarem atentos para perceber os contextos altamente mutantes e as oportunidades altamente fugidias para a manutenção ou ampliação dos âmbitos de uso das línguas. O contexto de como se dá o lucro na nova economia e como se processam os ganhos de produtividade parece mostrar que não só o novo capitalismo autoriza o funcionamento da produção em muito mais línguas, porquanto quer conquistar os mercados de consumo nestas línguas como até exige esta produção em um número crescente de línguas, dentro do lema: “para toda a produção um consumo, para todo o consumo uma produção” (OLIVEIRA, 2010, p. 25).

Muitas vezes, é desconhecido de parte da população o fato de outras línguas serem faladas em seu país. A instituição de apenas uma língua oficial leva a crer que somente aquele idioma pode ou deve ser falado no território nacional, sendo todas as demais consideradas como línguas estrangeiras. Nesse caso, ignora-se a diversidade linguística que compõe a identidade da nação, formada por línguas e dialetos que são ativamente utilizados em tribos indígenas, comunidades quilombolas e de descendentes de imigrantes, por exemplo. Todavia, tem-se que, nessa estrutura:

de mercados múltiplos, de movimentos táticos e estratégicos, que vão se constituindo e sendo disputados, o peso das línguas talvez não deva ou não possa ser determinado, propriamente, em um grande mercado unificado, mas antes nos movimentos de reposicionamento em novos mercados que surgem e se reconfiguram e que podem trazer muitas surpresas. (OLIVEIRA, 2010, p. 28).

Pode-se afirmar que “o conhecimento de uma linguagem pode ser visto como uma habilidade. Aprender uma ou mais outras línguas é um investimento em capital humano que traz benefícios econômicos” (ZHANG; GRENIER, 2012, p. 7). Desta forma, desponta a importância da educação bilíngue, da exposição dos indivíduos a diferentes idiomas cotidianamente, na rotina escolar, familiar, social ou digital. Especialmente em áreas que apresentam proximidade geográfica, o estreitamento das relações políticas, sociais e econômicas é essencial e pode ser

mobilizado pela valorização do multilinguismo, como é o caso da União Europeia, por exemplo. Segundo Oliveira (2010, p. 28), parece haver “ações de reciprocidade: para que sua língua possa estar aqui é preciso que a minha língua possa estar aí” (OLIVEIRA, 2010, p. 28).

Ainda sobre a importância das línguas no cenário da economia e do trabalho, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP, na publicação *O Multilinguismo como motor de crescimento econômico e social*, ressalta sobre sua participação no projeto *Language Rich Europe*, que promove a análise das políticas e das práticas sobre multilinguismo em 20 países europeus contrapondo os resultados com as recomendações europeias:

De acordo com o Eurobarômetro, 83% dos europeus valorizam o conhecimento de outras línguas, mas 44% não são capazes de manter uma conversa noutra língua. Com a globalização e o aumento das migrações, o multilinguismo é crucial para a compreensão intercultural e para a coesão social, bem como para as perspectivas de emprego dos cidadãos e para a competitividade da Europa.

Um dos pontos inovadores do projeto é a formação de uma rede de debates sobre as línguas tanto na área educacional como na esfera política. Para isto, setores variados da sociedade serão convidados e estimulados a participar da discussão sobre a importância das línguas na sociedade (IILP, 2011, p. 1).

O estudo *Language Rich Europe*, LRE, (2013) trata sobre o multilinguismo e foi solicitado pelo British Council e pelo Babylon Center, na Universidade de Tilburg, na Holanda, com o apoio financeiro da Comissão Europeia, envolvendo 1200 formuladores de políticas e profissionais de 24 países e regiões da Europa. O objetivo do desenvolvimento do estudo é a criação de políticas e práticas de valorização do multilinguismo, visando a prosperidade e a estabilidade da Europa por meio da comunicação em outras línguas, o que geraria melhores perspectivas de emprego e crescimento econômico. Segundo o estudo, acredita-se que

uma atitude positiva em relação ao multilinguismo é importante para uma Europa próspera e estável. A capacidade de comunicação em outras línguas é essencial para que os europeus desenvolvam uma perspectiva internacional mais ampla e melhorem suas perspectivas de emprego. As boas políticas e práticas linguísticas podem criar um quadro positivo no qual a aprendizagem bem-sucedida de línguas pode ocorrer (COMISSÃO EUROPEIA, 2013, p. 1, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a Comissão Europeia, em 2008, publicou o texto *Alunos da UE aprendem línguas estrangeiras cada vez mais cedo*, ressaltando os resultados

de um estudo da rede Eurydice. Por meio de cerca de 40 indicadores, revela-se que a aprendizagem de línguas nas escolas de quase toda a Europa está ocorrendo desde as fases iniciais, colaborando com a estratégia europeia de apoio ao multilinguismo. De acordo com o estudo, há um incentivo crescente à aprendizagem de línguas estrangeiras em idade precoce, do primeiro ao último ciclo do ensino básico. Consideramos essencial a fala do Comissário Europeu em 2008, responsável pelo multilinguismo, Leonard Orban, que afirmou: “O multilinguismo é uma questão que diz respeito a toda a sociedade europeia. Iniciado nas escolas, ultrapassa largamente o seu âmbito porque hoje em dia é necessário dominar um número de línguas cada vez maior para promover a coesão social e a prosperidade” (COMISSÃO EUROPEIA, 2008, p. 1).

Nesse viés, o objetivo maior é o de promover o aprendizado de línguas com qualidade e ao longo da vida escolar, valorizando até mesmo as línguas regionais e minoritárias, bem como se tem consciência de que o multilinguismo contribui para o processo de diálogo intercultural. Esse apoio ao multilinguismo seria uma forma de combate ao fato de que “os membros de grupos de línguas minoritárias podem ser marginalizados no mercado de trabalho devido à discriminação, então, não conseguem um bom trabalho e, naturalmente, sua renda não pode ser alta” (ZHANG; GRENIER, 2012, p. 8). Outro estudo correlato sugere ainda que:

A maioria dos países relatou uma atitude ambivalente dos negócios. Isso envolveu um compromisso declarado com o multilinguismo (principalmente a competência em inglês que foi considerada o principal negócio da linguagem), mas, em geral, falta estratégia, monitoramento ou recompensas para habilidades de linguagem. Em alguns países, o domínio do inglês, por exemplo, em manuais de computador, foi descrito como desmoralizador. A posição atual da UE de que o multilinguismo corresponde a rentabilidade não parece ser refletido na prática das empresas pesquisadas, onde o inglês é visto como essencial e a maioria das outras línguas (além da língua nacional) como um extra opcional. Devemos reavaliar as formas em que o multilinguismo aumenta o comércio e a rentabilidade. Pesquisas são necessárias para saber o quão bem-sucedidas são as empresas que se envolvem em trocas comerciais entre línguas e culturas de uma perspectiva econômica e sociológica em vez de com um viés unicamente linguístico. Isso deve fornecer estudos de caso e orientação prática sobre a negociação do mercado multilíngue tanto para empresas como para funcionários (COMISSÃO EUROPEIA, 2013, p. 7, tradução nossa).

Ainda nesse sentido, destacamos a intensa relação entre o acesso a determinados postos de trabalho e a capacidade linguística dos sujeitos. No que tange ao multilinguismo e à ocupação de postos de trabalho, estima-se que o fato de saber se comunicar de modo satisfatório e conhecer línguas é um ponto essencial para todos, sejam candidatos às vagas de emprego ou empresas; além disso, o

conhecimento de línguas e culturas por parte dos funcionários de empresas possibilita maior êxito em relações comerciais, contratos e transações internacionais; finalmente, considera-se que o domínio de outras línguas pelos jovens propicia melhores oportunidades em relação ao estudo e ao emprego, caracterizando-se, então, como um ponto a favor para a inserção e progresso no mercado de trabalho e na vida acadêmica.

Assim sendo, o fomento ao conhecimento das línguas faladas e utilizadas em comunidades e países da Europa, por meio de pesquisas, fornecimento de cursos gratuitos, suporte, apoio ao multi/plurilinguismo, habilitação de profissionais qualificados, contratação de professores nativos de outros idiomas, aprendizado na escola e na comunidade, apoio financeiro, pesquisa e divulgação de novas formas de comunicação multilíngue, são propostas para a projeção das línguas em cenários além das fronteiras dos países, considerando a criação de novas perspectivas de uso e o desenvolvimento de parcerias, sejam elas culturais, sociais ou econômicas.

Finalmente, podemos pontuar que o trabalho digno é um direito de todo cidadão, seja ele proveniente de qualquer nação, estando ele onde estiver. Bem como assistimos ao aumento desenfreado da produção de bens de consumo, privilegiando-se principalmente os resultados financeiros, o objetivo fundamental da promoção do trabalho digno a todos deve ser atendido e respeitado. Para Sander (2015), os bons empregos refletem positivamente no cenário do desenvolvimento sustentável e no crescimento das organizações, já que o emprego digno também promove a geração de melhores produtos e serviços. Assim sendo, grande parte do alcance do Objetivo número 8 será possível a partir de medidas como a criação de novos postos de trabalho e o fortalecimento dos órgãos de fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas por parte dos empregadores e empregados, garantindo aos trabalhadores salários justos, qualidade de vida e a garantia de que não passem por situações de humilhação ou perda da dignidade humana.

O papel das línguas nesse cenário de trabalho digno e crescimento econômico é essencial, pois a atualidade se apresenta de forma a naturalizar a convivência com contextos e sujeitos multilíngues, tendo em vista as migrações e a necessidade de deslocamento para a ocupação de vagas de trabalho. Sendo assim, a língua do indivíduo tem valor como propriedade pessoal, bem como as línguas estrangeiras podem ser fundamentais para o estabelecimento de relações com outros sujeitos em países diversos e até mesmo dentro de seu próprio país, e, ainda, o multilinguismo desponta como fator de enriquecimento e fortalecimento das relações nacionais e internacionais nos mais diversos âmbitos, inclusive o da economia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente texto, buscamos desenvolver uma compreensão sobre o papel das línguas no objetivo número 8 dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS): *Promover o crescimento econômico*

sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Quando abordamos a questão do trabalho, consideramos que o emprego digno é condição para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, uma vez que um bom emprego pode auxiliar na construção de uma sociedade mais humana e justa.

Inicialmente, uma das principais constatações que obtivemos foi a de que, tendo em vista os possíveis entraves que paralisam ou atrasam a execução dos objetivos, a universalidade dos ODS é uma questão delicada, uma vez que é difícil fazer propostas universais às diferentes nações do mundo, já que cada uma delas funciona de maneira distinta. É uma missão complexa e cuidadosa, considerando-se as particularidades que envolvem o alcance dos ODS.

Além disso, constatamos também que, quando há a expansão e a valorização dos idiomas e estes alcançam diferentes domínios, influenciando nas ações de educação, ciência, cultura, lazer, saúde, trabalho, meio ambiente, crescimento econômico, comunicação, entre outros aspectos, certamente há também o desenvolvimento e a produção de conhecimentos em prol da humanidade.

Nessa perspectiva, sobre o valor econômico das línguas, destaca-se a importância da língua em eventos comunicativos relativos à globalização, como nos debates sobre as relações entre linguagem e economia, na comunicação em empresas e campos de negócios, e nas relações diplomáticas e burocráticas. Desta forma, uma língua é parte da sociedade, por isso, deve ser mobilizada para se promover a inclusão, a diversidade, o diálogo, as trocas culturais, o crescimento econômico, a produção e a circulação de conhecimentos de diversas áreas e para o alcance dos ODS e das mudanças necessárias para a transformação da sociedade.

Diante das reflexões feitas no decorrer do texto, observa-se também que um dos principais pontos a serem levados em consideração é o fato de que uma força de trabalho bem educada demanda educação. Desta maneira, deve-se preparar os indivíduos desde pequenos para um mercado altamente competitivo e que, atualmente, exige de seus profissionais habilidades outras, assim, é preciso cada vez mais reforçar e defender os direitos constitucionais das crianças e adolescentes, os quais devem passar por um bom processo educacional para que no futuro tenham um trabalho decente independentemente de sua classe social, sexo ou etnia.

Por fim, para que as línguas sejam peças fundamentais em contextos de trabalho e economia, considerando-se o uso da língua oficial, das estrangeiras ou das que circulam no interior da nação, diversas estratégias e medidas devem ser pensadas e postas em prática. Assim, o fortalecimento das relações entre os países e a busca de novas parcerias, o estreitamento das relações internacionais, a promoção do multilinguismo, a criação e desenvolvimento de políticas linguísticas, a atenção aos processos de migração, o investimento na internacionalização do idioma, a atenção a ambientes de fronteira, a superação de divergências e preconceitos e o trabalho para solução de problemas são ações que contribuem para que as línguas tenham papel relevante na promoção do crescimento e econômico e do trabalho digno.

Referências

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Ministério das Relações Exteriores. 2016. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf. Acesso em: 15 set. 2017.

COMISSÃO EUROPEIA. **Alunos da UE aprendem línguas estrangeiras cada vez mais cedo**. Bruxelas, 2008. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-08-1754_pt.htm. Acesso em: 18 ago. 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. **Language Rich Europe**: multilingualism for stable and prosperous societies. 2013. Disponível em: https://www.britishcouncil.nl/sites/default/files/lre_review_and_recommendations.pdf. Acesso em: 18 jan. 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. **Uma agenda política para o multilinguismo**. Bruxelas. 2007. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-07-80_pt.htm. Acesso em 18 jan. 2018.

IILP - INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. **O Multilinguismo como motor de crescimento econômico e social**. 2011. Disponível em: <https://iilp.wordpress.com/2011/11/02/o-multilinguismo-como-motor-de-crescimento-economico-e-social/>. Acesso em: 18 jan. 2018.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Para superar a crise: Um Pacto Mundial para o Emprego**. 2009. Disponível em: <http://www.oit.org.br/node/246>. Acesso em: 17 jan. 2018.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; SILVA, Julia Izabelle da. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos? **Gragoatá**, Niterói, v.22, n. 42, p. 131-153, jan.-abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33466/19453>. Acesso em: 18 jan. 2018.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/e92f933a3b0ca404b70a1698852e4ebd.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. O lugar das línguas: A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. **Synergies Brésil**, n° spécial 1, 2010, p. 21-30. Disponível em: <https://gerflint.fr/Base/BresilSPECIAL1/gilvan.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

ONUBR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015a. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 15 set. 2017.

ONUBR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Principais Fatos**. 2015b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/principais-fatos/>. Acesso em: 15 set. 2017.

SANDER, Josué Alexandre. Bons empregos geram crescimento econômico ou crescimento econômico gera bons empregos? **Gazeta do Povo**. 2015. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/giro-sustentavel/bons-empregos-geram-crescimento-economico-ou-crescimento-economico-gera-bons-empregos/>. Acesso em: 19 jan. 2018.

ZHANG, Weiguo; GRENIER, Gilles. How can Language be linked to Economics? A Survey of Two Strands of Research. **Working Paper**. Department of Economics. Faculty of Social Sciences. University of Ottawa. 2012.

Para citar este artigo

PEREIRA, F. A. Emprego digno e crescimento econômico: o lugar das línguas frente a desafios globais. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 9., n. 3., 2020, p. 135-153.

A Autora

FABIANE APARECIDA PEREIRA é doutoranda em Linguística pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra em Estudos Linguísticos pela UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul. Licenciada em Letras - Português e Inglês pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Licenciada em Letras - Espanhol pela Universidade Federal de Santa Catarina.